

## ATA Nº 8

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de **dois mil e vinte e dois**, pelas 9h15, teve lugar, no no Auditório Dr. Jorge Gama no edificio dos Paços do Município, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue:** \_\_\_\_\_

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
PERÍODO DA ORDEM DO DIA	
1º	INFORMAÇÃO ESCRITA O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º	ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023, MAPA DE PESSOAL E NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
3º	REGIME DE INCENTIVOS PARA 2023
4º	ACORDO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS NAS FREGUESIAS
5º	AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS
6º	PROJETO DE REGULAMENTO DA TELEASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA
7º	PROJETO DE REGULAMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA
8º	COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
9º	AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO DO ANTIGO COLÉGIO PORTUGUÊS
10º	MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL E DE RECONHECIMENTO DE MÉRITO MUNICIPAL

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de um Membro deste órgão, previamente comunicada, através de declaração escrita, ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhe é concedida ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Luís Manuel Gomes Amorim, Vitor Manuel Costa De Oliveira, Dora Marisa Alves Guterres, Inês Rita da Silva Ferreira, Paula Alexandra Melim dos Santos Natal, Paulo Jorge da Cunha Esteves e Armando Rodrigues Fernandes, foram **substituídos**, no exercício das suas funções, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, pelos Srs. Rui Pedro da Silva Ferreira, Paulo Jorge Gonçalves da Purificação, Maria Do Carmo Costa Branco da Silva Duarte, Isabel Vaz Granjo, Hernâni Natal Araújo, Francisco Romeu e Francisco José Ferreira, respetivamente. Faltaram à sessão sem lugar a substituição os Membros Srs. Carlos Manuel Pereira e Sebastião António Silva Alves. \_\_\_\_\_

Verificadas as **substituições**, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada de cada um dos Membros que compõe o órgão, tendo a sessão contado com a presença dos seguintes: José António Moreira Cerqueira, Maria da Conceição da Cunha Pereira, Filipe Fernandes Taveira, Alberto Luís Oliveira Vilas, Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte, Isabel Vaz Granjo, Débora Patrícia Alfaya Ferreira, Rui Pedro da Silva Ferreira, Hernâni Natal Araújo, Francisco Romeu, Manuel Álvaro Guimarães Gomes, Aurélia da Conceição Costa Torres Gomes Correia, José António Lopes Nogueira, Paulo Jorge Gonçalves da Purificação, Pedro Manuel Guedes Lemos, Luís Alberto Mendes Brandão Coelho, Jorge Moura Rodrigues, Carla Susana da Cunha Oliveira Conde, Liliana Mateus Fernandes Cerqueira, Orlando Vasco da Cunha Oliveira, Jorge Manuel de Sousa Fagundes, André de Sousa Rodrigues, Álvaro Agostinho Gomes Alves, Francisco José Ferreira, Cristóvão Amorim Pereira, Isidro

Manuel Cortinhas de Sousa, Cristina Maria Vilas Rodrigues, Alexandre Pereira Lagoa, José Manuel Montenegro Roda e Diogo Miguel Mota Silva. \_\_\_\_\_

Para além dos membros da Assembleia Municipal, estiveram, também, presentes o Sr. **Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Vaz Carpinteira**, e os Srs. **Vereadores**, Manuel Rodrigues Lopes, Catarina Domingues, Ana Paula Xavier, Arlindo Sousa e Rui Filipe Rodrigues. \_\_\_\_\_

Assumiram funções de 1.<sup>a</sup> e 2.o secretários da Mesa, os deputados Srs. Conceição Pereira e Filipe Taveira. \_\_\_\_\_

Todos os Deputados Municipais/Membros fizeram as habituais saudações no momento das respetivas intervenções. \_\_\_\_\_

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal, José António Moreira Cerqueira**, após verificar a existência de quórum, iniciou os trabalhos proferindo a habitual saudação protocolar, fazendo votos de um trabalho profícuo em prol de Valença. Mais referiu que a sessão seria objeto de gravação de imagens e difundida pelas redes sociais em direto à semelhança da anterior sessão, assim como por decisão da Comissão Permanente os pontos n.º 3, 4 e 5 da ordem de trabalhos da presente sessão serão objeto de discussão conjunta e alvo de votação individual, acontecendo o mesmo com os pontos n.º 6 e 7. Foi decidido, também, em Comissão Permanente a apresentação de dois votos, um de pesar pelo falecimento da Esposa do Deputado Sr. Sebastião Alves e outro de melhoras ao Sr. Presidente de Junta de Gondomil e Sanfins Paulo Pacheco. Por último, a pedido da Câmara Municipal foi solicitada **a retirada do ponto n.º 8** relativo à constituição da **Comissão Municipal de Trânsito** por necessidade de aperfeiçoamento. Como não existiu qualquer objeção os pontos seguintes ascenderam na numeração, ficando, a ordem de trabalhos, da seguinte forma: \_\_\_\_\_

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
PERÍODO DA ORDEM DO DIA	
1º	INFORMAÇÃO ESCRITA O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º	ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023, MAPA DE PESSOAL E NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
3º	REGIME DE INCENTIVOS PARA 2023
4º	ACORDO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS NAS FREGUESIAS
5º	AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS
6º	PROJETO DE REGULAMENTO DA TELEASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA
7º	PROJETO DE REGULAMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA
8º	AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO DO ANTIGO COLÉGIO PORTUGUÊS
9º	MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL E DE RECONHECIMENTO DE MÉRITO MUNICIPAL

Antes de prosseguir pelo Sr. José António Nogueira foi requerido à Mesa a providencia pela obtenção do registo desse imóvel exarado da Conservatória e bastará uma fotocópia e informação dos ditos pareceres, a fim de alicerçar tal *item* da ordem de trabalhos e poder votar em consciência na posse de todos os dados e elementos necessários e essenciais à conscienciosa e responsável tomada de uma decisão. O

requerimento foi aceite unanimemente pelo plenário e providenciando os documentos solicitados, os quais foram distribuídos por todos os presentes. \_\_\_\_\_

### I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Seguidamente, procedeu à abertura do *período de Intervenção do Público* não tendo existindo qualquer intervenção. \_\_\_\_\_

**PRESENÇA DE MAIS UM MEMBRO:** O Sr. Deputado Orlando Oliveira participou na sessão a partir deste momento. \_\_\_\_\_

### II- PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

**Leitura de expediente** O Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do período de “Antes da Ordem do dia” e de acordo com o regimento, a 1.ª secretária, em exercício, procedeu à **leitura do expediente**, recebido e expedido entre o dia 30 de setembro a 28 de dezembro corrente, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho, nos restantes dias. Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal reforçou ao plenário o expediente lido no que concerne à comunicação recebida, neste órgão, através da Câmara Municipal acerca da suspensão de mandato do Sr. Presidente de Junta da União de Freguesias de Gondomil e Sanfins, Paulo Jorge Nobre Pacheco, por motivos de saúde, o qual será substituído por Cristina Maria Vilas Rodrigues, presente na sala. \_\_\_\_\_

**Apreciação e votação da ata de 30/09/2022** Passou-se de seguida à discussão e votação da **ata n.º 7** referente à sessão realizada a 30 de setembro de 2022. Pelo Deputado Pedro Lemos foi solicitado, uma vez que não consta da ata, que a sua intervenção fosse vertida para a mesma, que foi a seguinte: *“felicitou o Alexandre pela vitória na Junta de Freguesia de São Julião e Silva, uma excelente vitória contra um partido independente ou movimento independente apoiado por duas forças políticas e de Valença, bem como que felicitou o resultado das festas do Concelho aqui de Valença e questionou a relação de custo/benefício que foi o Festival Contrasta de Valença que não correu assim tão bem”*. A sugestão foi acatada e vertida para a ata em apreço, tendo, de seguida, sido colocada a votação. Num universo de **29 (vinte e nove)** votantes a ata foi aprovada, por maioria, com as abstenções dos Srs. António Nogueira, Luís Brandão, Álvaro Gomes, Isabel Granjo, Francisco Romeu, Carla Conde e Francisco Ferreira. \_\_\_\_\_

**Apresentação de propostas** Pela Comissão Permanente foi aprovado, no dia 21 de dezembro corrente, apresentar neste órgão os votos abaixo transcritos, lidos pela 1ª secretária em exercício. Foi, também, apresentado pelo Sr. Presidente da Junta de São Pedro da Torre um voto de melhoras rápidas ao Sr. Paulo Pacheco e dele dar conhecimento aos familiares, no entanto foi decidido apresentar, apenas, o proposto pela Comissão Permanente por ser extensivo a todos os Membros. \_\_\_\_\_

### VOTO DE PESAR

#### FALECIMENTO DA ESPOSA DO SR. SEBASTIÃO ALVES

“A comissão permanente da Assembleia Municipal, na sua reunião de 21 de dezembro corrente, aprovou a apresentação de um voto de pesar pelo falecimento da esposa do senhor deputado municipal Sebastião Alves. Assim, propõe-se à Assembleia Municipal aprovar um voto de pesar, apresentação à sua família as mais sentidas condolências e observação de 1 minuto de silêncio em sua devida homenagem. Paços do Concelho, 29/12/2022.”

## VOTO DE MELHORAS

### PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GONDOMIL E SANFINS, PAULO JORGE NOBRE PACHECO

“A comissão permanente da Assembleia Municipal, na sua reunião realizada a 21 de dezembro do corrente, aprovou a apresentação de um voto de melhoras ao presidente da Junta da União de Freguesias de Gondomil e Sanfins, Paulo Jorge Nobre Pacheco, na sequência da apresentação da suspensão do mandato por motivos de saúde, desejando-lhe rápidas melhoras. Assim, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação deste voto de melhoras e a apresentação ao senhor presidente da Junta e respetiva família votos de rápidas melhoras. Paços do Município, 29/12/2022.”

Terminada a leitura dos votos, foi feito um minuto de silêncio pelo falecimento da esposa do Sr. Deputado Sr. Sebastião Alves. Colocados a votação individualizada, foram ambos, num universo de 29 (vinte e nove) votantes aprovados por unanimidade.

**PRESENÇA DE MAIS UM MEMBRO:** O Presidente de Junta de Freguesia de Verdejo Sr. José Roda participou na sessão a partir deste momento.

**AUSÊNCIA DE UM MEMBRO:** O Presidente de Junta de Freguesia de Friestas, Sr. Álvaro Agostinho Gomes Alves ausentou-se da sessão não tendo regressado.

**Interpelações orais ao Sr. Presidente da Câmara** Objeto de intervenções dos Membros Srs. José António Nogueira, Liliana Cerqueira, Hernâni Natal, Pedro Lemos e Luís Brandão.

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** mencionou que a pretérito das eleições autárquicas salientou, entre muitos outros, dois pontos relativos ao funcionamento e à postura deste órgão, que pretendiam suprir e mudar. O primeiro era uma triste constatação. O apagamento e menorização a todos os níveis da Assembleia Municipal face ao Executivo Camarário, enquanto prática constante e reiterada ao longo dos últimos 12 anos a que infelizmente e agora se soma mais um, como se evidencia. O segundo traduzia-se em esperança, a de poder ver a Assembleia Municipal como privilegiado fórum de liberdade e democracia, como motor e alavanca de novos projetos e com uma nova maneira de estar, de ser e de proceder. Dentro de um espírito de cooperação e lisura, teve o cuidado de, previamente a esta intervenção, alertar quem de direito para que fossem operadas e tomadas as medidas necessárias a suprir as insuficiências, as irregularidades e as ilegalidades apontadas e elencadas. Como por exemplo o facto de, no *website* do Município, a mensagem do presidente da Assembleia se resumir a uma foto deste, tendo, a propósito, questionado se o presidente da Assembleia Municipal de Valença não tem nada para dizer mormente aos valencianos e às valencianas. Também o Regimento que vai avançando devagar, devagarinho e que, por certo, será posto à votação na próxima sessão deste órgão, se bem que passado mais de 1 ano após terem sido eleitos. Outras ainda que foram emprateiradas e ganham o grosso pó do tempo e do desleixo, como sejam as votações e eleições para integrar as comissões e similares existentes e da responsabilidade desta Assembleia. Haja bom senso e vergonha e cumpra-se, ainda que em manifesto destempero, mas prontamente, o legalmente estabelecido e imposto. Mais questionou, onde é que se acha implementada e para quando a proposta apresentada pelo Nós, Cidadãos de 27, em 27/07/2022, relativo à “*disponibilização de documentação de suporte à apreciação e decisão da Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal, num universo de 30 membros, deliberou aprovado por unanimidade a disponibilização da documentação, suporte e apreciação e decisão da Assembleia Municipal à cidadania, com pelo menos 48 horas de antecedência mínima online em link a ser criado para o efeito e com a necessária publicitação máxima nas redes sociais*”. Percorreu as atas da Câmara Municipal e nada encontrou quanto às propostas do Nós Cidadãos! relativas à transmissão das reuniões do Executivo por áudio ou imagem, aprovada com

29 votos a favor e 1 contra. O mesmo sucedendo com a proposta do Orçamento base zero e com a criação, implementação e funcionamento de um gabinete de orientação e encaminhamento de migrantes, bem como com a reposição do valor da taxa de devolução de IRS e centro municipal de compras. Tudo aprovado por maioria. Atento ao mencionado questionou o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal se não as remeteu ao Executivo ou o Sr. presidente da Câmara Municipal as engavetou e nem sequer as pôs a discussão e votação do órgão a que preside. Mais se os Srs. Vereadores que estão presentes e assistem às sessões, nada questionaram a propósito. Mais questionou onde está o respeito e a cooperação institucional, que mais não seja o decidir sobre o adotar ou não de propostas e de soluções e o trilhar ou não de apontados caminhos por quem também é eleito pelo povo e representa os seus anseios e quereres. Os atos ficam com quem os pratica, n o entanto é desde logo uma verdadeira afronta e de uma grosseira violação do Estado de Direito Democrático, na vertente de aprofundamento da democracia participativa, consignado na Constituição. \_\_\_\_\_

Terminada a intervenção e mediante tudo quanto foi dito pelo seu antecessor, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, no que concerne a algumas correções informou que serão feitas, bem como quanto ao projeto de Regimento, que, quando o mesmo for apresentado para aprovação, fará uma intervenção para a perceção do motivo da sua demora. Quanto às comissões sugeriu ao Sr. Deputado que concretizasse quais são as comissões que são criadas no seio desta Assembleia Municipal e que não estão a funcionar, porque como todos sabem uma delas é a Comissão Permanente que está em pleno funcionamento. Quanto à comissão multidisciplinar integradora há muito tempo que não é constituída e nem sequer está prevista no próximo Regimento. Quanto à constituição da comissão de revisão do Regimento foi decidido pela Comissão Permanente não constituir, cuja revisão foi feita de forma interna. Quanto à Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário a última instalação foi em 2015 e a última eleição foi em 2017 e nunca foi instalada e não funcionou. Atualmente o aterro foi privatizado e portanto não se vislumbra muito interesse neste tipo de acompanhamento a não ser que a Assembleia decida criar um âmbito mais alargado para esta comissão. Quanto às restantes comissões ou conselhos têm diplomas próprios e são apresentadas por proposta da Câmara Municipal. Em suma, as que emergem do seio da Assembleia, serão as elencadas e estão em funcionamento. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Liliana Cerqueira** questionou quais os critérios adotados pelo Município para atribuição de transporte a alunos em visitas de estudo. Esta questão vem na sequencia de ter sido recusado o apoio para o transporte a visitas de estudo de algumas turmas do Agrupamento de Escolas, cuja decisão ao ser comunicada, tardiamente, levou à impossibilidade de pedir a alteração da atividade e levou ao respetivo cancelamento, o que gerou desilusão nas crianças, encarregados de educação e desmotivação dos professores organizadores. Apelou ao executivo que seja sensível a esta situação, uma vez que estas visitas de estudo são propostas de forma a proporcionar a aquisição e consolidação de conhecimentos de forma a alcançar competências, atitudes e valores previstos no perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória. As atividades são importantes para todos os alunos, especialmente para aqueles que se encontram numa situação economicamente mais desfavorecida. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. Hernâni Natal** questionou quais os resultados do investimento de 4.000,00€ (quatro mil euros) no cartão jovem municipal, uma vez que não verificou descontos no evento Festival Contrasta, nem nos equipamentos municipais, designadamente na piscina e biblioteca. Mais questionou como

pretende o executivo solucionar os problemas da degradação e falta de manutenção no Edifício do CILV-Centro de Inovação e Logística de Valença, no qual constatou paredes e tetos a cair e cheia de infiltrações, assim como pisos levantados. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. Pedro Lemos**, no âmbito do novo concurso de recolha dos lixos, questionou se já foi articulada a colocação dos monos e recolha do respetivo lixo. Questionou, também, se existe articulação do Município com o SEF e as forças de autoridade ao nível da imigração que se tem vindo a sentir em Valença, se existem números específicos e em que condições estão cá e têm vivido. Alertou, visto se tratar de um ponto turístico de Valença, para a necessidade de uma intervenção ao nível da Proteção Civil para a remoção de árvores caídas nas escadarias de acesso ao Monte do Faro, fruto das últimas condições meteorológicas. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. Luís Brandão** solicitou informações acerca das novas funcionalidades do “112 Transfronteiriço”, alvo de um acordo transfronteiriço assinado, recentemente, em Valença. De interesse para o comércio local e para o apoio a pessoas que, frequentemente, têm problemas de saúde e ainda para os visitantes. Mais solicitou informações sobre a estratégia que tem delineada para a utilização dos edifícios do antigo Cineteatro e do antigo Colégio Português e qual é a forma de valorização cultural, artística para a ocupação dos espaços. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os necessários esclarecimentos. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer, relativamente à intervenção do Deputado Sr. José António Nogueira, que acolhem e registam todas as sugestões que entendem como adequadas à gestão do Município. Quanto ao mencionado pelo membro Sra. Liliana Cerqueira, respondeu que os apoios para transporte a visitas de estudo são consensualizados entre o Município e o Agrupamento Escolas e, no caso referido, pensa que a Direção do Agrupamento teve conhecimento atempado para comunicar à escola em causa. No que concerne às questões suscitadas pelo Deputado Sr. Hernâni Natal a emissão do cartão jovem municipal está a decorrer dentro da normalidade e já foram emitidos cerca de 130, no entanto está ciente de que é preciso maior divulgação para uma maior adesão dos jovens. Relativamente à enorme degradação do edifício CILV, mencionou que não se compreende que o anterior executivo não tenha acionado as garantias junto empreiteiro, tendo deixado ultrapassar o prazo legal. O caderno de encargos parece não ter sido cumprido, desde logo relativamente às caixilharias. O empreiteiro já foi chamado ao local no entanto refere não assumir responsabilidades uma vez que não foi acionada a garantia. O atual executivo face a tal desfecho está, em articulação com os responsáveis do IPVC, a ver soluções para o problema, as quais serão a expensas próprias, nomeadamente nas coberturas relativamente à biblioteca e ao auditório. A substituição das caixilharias, ficará a cargo do IPVC. Relativamente às questões do Deputado Sr. Pedro Lemos, disse que a recolha do lixo será feita pela empresa que ganhou o novo concurso publico, a EcoAmbiente. A colocação de monos e recolha do respetivo lixo já está a ser articulada com os Srs. Presidentes de Junta e serão colocados mediante a existência de local para o efeito e por vontade destes. Será feita maior fiscalização por parte da Câmara e dos Presidentes de Junta e existem penalizações maiores, caso a empresa não cumpra. Quanto ao número dos imigrantes, o SEF indica aproximadamente cerca de 700 estrangeiros em Valença, dos quais 471 são brasileiros. Quanto ao pedido de informação pelo Deputado Sr. Luís Brandão acerca do “112

transfronteiriço”, mencionou que se trata de um projeto piloto, que ainda não está em execução, cuja finalidade é a agilização rápida dos meios de emergência em ambos os lados da fronteira. A assinatura desse memorando de entendimento ocorreu, no passado dia 14 de dezembro, entre o INEM e a Conselharia de Sanidade da Junta da Galiza, que são as entidades responsáveis. Quanto ao Cineteatro, informou que a Câmara já abriu concurso para o projeto de requalificação do histórico edifício, cuja finalidade é para espaço cultural, multifuncional, ao serviço dos valencianos e dos visitantes. \_\_\_\_\_ Terminados os esclarecimentos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do período de “Antes da Ordem do dia”. \_\_\_\_\_

## I – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

### PONTO 1º – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DE CÂMARA MUNICIPAL

Foi presente a Informação a que se refere a alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro com o resumo da situação financeira do Município no dia 30/11/2022. \_\_\_\_\_

Termos em que o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu a abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Srs. José Nogueira, Liliana Cerqueira, Hernâni Natal, Pedro lemos, Luís Brandão. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. José Nogueira** referiu que ainda não foram eleitas todas as comissões e similares existentes. \_\_\_\_\_

Perante a intervenção do Sr. Deputado fora de contexto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal chamou-a a atenção para se cingir ao ponto em apreço, no entanto dada a insistência do Sr. Deputado retirou-lhe a palavra. Decisão da qual o **Deputado Sr. José António Nogueira** recorreu para o plenário no sentido de se deve continuar a falar ou não sobre estes temas. \_\_\_\_\_

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à consideração do plenário o recurso, ao qual houve uma intervenção de defesa por parte do **Membro Sr. Alberto Vilas** no sentido de referir que era prática, no órgão, de intervir sobre assuntos que não tivessem ficados esclarecidos cabalmente no período antes da ordem do dia o fossem no ponto em apreço, pelo que apelou à continuidade da metodologia. \_\_\_\_\_

- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apesar de considerar que as questões já tinham sido respondidas no momento, que pelo Sr. Deputado não foi invocado qualquer tipo de esclarecimentos no momento adequado para o efeito e perante a defesa apresentada sobre as práticas, referiu que não é de todo o intuito retirar práticas tendo dado, novamente, a palavra ao Deputado Sr. José António Nogueira para a continuidade da sua intervenção. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** voltou a reforçar que as Comissões elencadas no *site* do Município na área da Assembleia Municipal não estão constituídas. Mais mencionou que decorridos 6 meses da proposta, apresentada pelo seu grupo e aprovada por unanimidade, para a disponibilização da documentação de suporte e apreciação a todas as decisões autárquicas em *link* e nas redes sociais, verifica que não foi objeto de discussão na Câmara Municipal, tendo questionado o motivo de ainda não ter sucedido. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Liliana Cerqueira** na sequência da sua anterior intervenção referiu que se tratam de atividades pedagógicas, uma vez que forma devidamente propostas e aprovadas pelo Conselho Pedagógico e pelo Conselho Geral. Reforçou que não ficou esclarecida quanto aos critérios definidos para atribuição de transporte pelo Município em visitas de estudo, tendo questionado se então os critérios são definidos pelo Agrupamento. O plano de atividades, para o presente ano letivo, foi definido com base nos critérios preexistentes, para um transporte para fora do Município e dois dentro do Município. Mais, se estes critérios sofreram alteração, julga ser necessário informar atempadamente o Agrupamento de forma a que as atividade a serem planeadas e submetidas a Conselho Pedagógico tenham em consideração os novos critérios. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. Hernâni Natal** referiu-se à requalificação da rua de Ervelho que está em execução, segundo listagem de empreitadas apresentada, desde junho do corrente ano e continua em muito mau estado, esburacada, de difícil circulação e acesso por partes dos moradores, tendo inclusive causado danos em algumas viaturas. Trata-se de uma obra que contava dos programas eleitorais do atual executivo e do presidente de Junta e que como pode ser verificado urge finalizar. Mais quando verificou esta pesquisa viu que no “Google Maps” que a rua da Balagota está mal escrita, deveriam proceder à correção. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. Pedro Lemos** questionou que poupanças surtiram do valor da contratação da iluminação de Natal para o presente ano e qual a redução de tempo de ligação relativamente ao contratado pelo anterior executivo. Existe a necessidade de arranjar uma solução para combater a despesa com o fornecimento de energia para os edifícios e infraestruturas municipais. Por último, questionou se na reformulação e ampliação do Centro de Saúde está previsto um serviço de urgências ou de consultas a funcionar durante 24 horas. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. Luís Brandão** referiu, relativamente à iluminação de Natal, que a Câmara tem feito uma série de iniciativas e Valença tem estado a ser valorizada continuamente neste aspeto. Sugeriu que caso não tenha sido procurado articular, por exemplo, com a Associação Comercial ou com os cidadãos em geral no sentido de valorizar este esforço que, nos próximos anos, fosse possível tirar partido deste investimento que embeleza a cidade, tornando um polo de atração e suscitador de eventos interessantes para a dinâmica do comércio, cultura e demais aspetos. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** relativamente à intervenção do Deputado Sr. José António Nogueira acerca das comissões que, segundo este já deveriam estar criadas, voltou a esclarecer que a Assembleia Municipal só poderá criar comissões que sejam da sua exclusiva competência e no seio da mesma. Todas as comissões e conselhos que o Sr. Deputado alega não estarem constituídas possuem diplomas próprios para as quais compete à Assembleia Municipal, após solicitação, eleger ou designar para representação. \_\_\_\_\_

Seguidamente deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, o qual começou por dizer ao Deputado Sr. José António Nogueira que os serviços não remeteram as recomendações mencionadas para a reunião de Câmara Municipal, no entanto quando tal suceder serão analisadas. Relativamente ao Membro Sra. Liliana Cerqueira, referiu que o Conselho Pedagógico do Agrupamento adotou critérios



sem os articular com a Câmara. Tem de existir um trabalho articulado e não de forma pontual como tem acontecido. Quanto à requalificação da Rua de Ervelho, mencionada pelo Deputado Sr. Hernâni Natal, partilha da opinião que efetivamente está em mau estado para a normal circulação. Trata-se de uma rua cuja requalificação inicial previa apenas a colocação de saneamento, no entanto decidiram avançar com o alargamento da rua que passa pela negociação com os diversos proprietários e que em alguns casos não entram em acordo entre si. Todos sabem que as intervenções na via pública causam imensos transtornos, quer aos moradores quer aos transeuntes, todavia, logo que haja condições, a obra será devidamente concluída. Quanto à descrição de uma rua no Google estar incorreta qualquer um pode pedir a sua correção. Relativamente ao questionado pelo Deputado Sr. Pedro Lemos respondeu que a Câmara diligenciou a redução de uma hora na ligação da iluminação de Natal e a colocação de maior quantidade de lâmpadas de LED. Também estão a substituir as lâmpadas por tecnologia LED nos edifícios dos pavilhões e da piscina e para esta, inclusivamente, estão a desenvolver um projeto para a requalificar em termos energéticos que pressupõe um investimento de cerca de 500.000,00€ (quinhentos mil euros). Quanto ao Centro de Saúde, referiu que o PS está focado em melhorar a qualidade dos serviços de atendimento e do edifício e tudo fará em prol da reabertura do serviço de atendimento permanente, contrariando os últimos 12 anos em que nada foi feito. Atualmente, está em curso o projeto de requalificação do atual edifício, num investimento de cerca de 600.000,00€ (seiscentos mil euros), e está previsto projetar-se um novo edifício, junto ao atual, que irá custar cerca de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros). Quanto ao mencionado pelo Deputado Sr. Luís Brandão, relativamente à quadra natalícia e à animação, a Câmara, para além da animação direta, em articulação com a delegação de Valença da Associação Empresarial de Viana do Castelo, lançou o concurso de “Montras” e com a Associação Empresarial de Valença a “passagem de ano”.

Terminada a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra aos intervenientes para a **segunda ronda**:

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** reforçou a sua intervenção anterior na sequência de as propostas que apresentou que foram aprovadas na Assembleia Municipal e que ainda não foram discutidas nem votadas na Câmara Municipal, bem como referiu acerca das Comissões que é obrigação do Sr. Presidente da Assembleia questionar o Sr. Presidente da Câmara o motivo de não serem constituídas. Mais, a Comissão do Aterro Sanitário é importantíssima, não só para a saúde dos Torreenses, como também para a saúde dos Valencianos.

- **O Membro Sra. Liliana Cerqueira** mencionou que dado ter sido recusado por parte do Município o transporte para visitas de estudo em 2 anos consecutivos, o ano passado os ais conseguiram suportar o custo integral da visita, no entanto este ano não foi possível por existir um aumento significativo de crianças migrantes cujo agregado não tem capacidade financeira para pagar esse transporte. Fica assim preocupada porque parece que a articulação entre o Município e o Agrupamento não está a ser realizada da melhor forma ou então não está a ser eficaz.

- **O Deputado Sr. Pedro Lemos** concordou com a sinergia existente com a Associação Empresarial de Valença e os comerciantes de Valença para embelezar Valença no Natal, no entanto nem só de luz se embeleza Valença. Deve-se aproveitar a passagem de visitantes para Vigo, nesta época, para captar de

outra forma e ajudar o comércio e empresários de Valença. Em relação ao novo projeto da ULSAM espera, que se concretize uma vez que as urgências de Viana do Castelo continuam a ser feitas em contentores. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara referiu ao Deputado Sr. José António Nogueira que a Assembleia Municipal, no uso das suas competências, enviou as propostas/recomendações para a Câmara Municipal. Seguidamente, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** voltou a referir que os serviços administrativos ainda não enviaram as recomendações para a reunião de Câmara Municipal. Quando o fizerem, evidentemente serão discutidas. Relativamente à Deputada Sra. Liliana Cerqueira, reforçou que o Município tem boas relações com a Direção do Agrupamento de Escolas, apesar de as opções do Conselho Pedagógico ou do próprio Agrupamento terem de ser avaliadas pelo Município. Por último, em resposta ao Deputado Sr. Pedro Lemos, referiu que o Município tem aproveitado, dentro do possível, a passagem de visitantes que vão para Vigo. \_\_\_\_\_

Terminadas todas as intervenções, a Assembleia Municipal, num universo de **29** (vinte e nove) **Membros** apreciou: \_\_\_\_\_

- Informação a que se refere a alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro com o resumo da situação financeira do Município no dia 30/11/2022; \_\_\_\_\_
- Compromissos plurianuais assumidos entre 17/09/2022 a 19/12/2022; \_\_\_\_\_
- Listagem de empreitadas e projetos à data de 20/12/2022; \_\_\_\_\_
- Listagem dos processos judiciais pendentes em 15/12/2022 e o estado dos mesmos. \_\_\_\_\_

**INTERVALO:** Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto foi feito um intervalo de 10 minutos. Retomados os trabalhos passou-se ao seguinte ponto da ordem de trabalhos: \_\_\_\_\_

#### **PONTO 2º – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023, NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E MAPA DE PESSOAL**

Foi presente a proposta de **orçamento e grandes opções do plano para 2023, normas de execução orçamental e mapa de pessoal** aprovada pela Câmara Municipal no dia 28 de novembro último. Termos em que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Srs. José António Nogueira e Alberto Vilas. \_\_\_\_\_

- O **Deputado Sr. José António Nogueira** mencionou que um orçamento e as GOP têm de consubstanciar um programa de ação política racional ajustado à realidade e que seja exequível, onde as pessoas estejam sempre em primeiro lugar. A promoção de políticas sociais no combate à pobreza e à exclusão pelo direito a uma vida digna, à saúde, à educação, ao meio ambiente preservado e ao lazer são essenciais e prioritárias. Querem um Município onde a fome esteja erradicada, onde haja efetiva igualdade de oportunidades e de género, onde o direito ao trabalho e o trabalho sejam realidades cimentadas, onde a coesão social se constate e verifique, onde existam práticas solidárias implementadas,

onde se esbatam e corrijam as assimetrias, onde se possa ter uma vida condigna e ver a economia florescer. Daí a imperiosa necessidade da promoção da qualidade de vida das crianças, jovens, adultos e dos seniores, o zelar pelas pessoas com deficiência, o favorecer do relacionamento intergeracional, o tornar Valença um Município amigo das famílias, o impulsionar a inclusão e reforçar a capacidade de intervenção da sociedade civil e das associações e das demais instituições concelhias, o pugnar pela inovação e pela sustentabilidade das iniciativas e programas de desenvolvimento económico-social, o fomentar o desporto e das práticas desportivas, o apostar na cultura e o promover e divulgar do património da memória e da história. Necessidade de adequação proporcionalidade, simplificação, celeridade e transparência são princípios administrativos basilares e as traves-mestras que enformam o modo de ser, de estar e de agir. Sem o prejuízo de se honrarem os compromissos e os contratos já assumidos, repensando alguns, todas as obras a efetuar terão que estar suportadas financeiramente e cumprir com os requisitos da oportunidade e da necessidade e as mais avultadas cumulativamente da indispensabilidade. Os designados cortes de gorduras deveriam ter sido efetuados com adoção de um orçamento à base zero, fomentando sinergias, racionalizando e reformando os serviços camarários na ausência de despedimentos, dando, por outro lado, voz aos valencianos e às valencianas e aos jovens em sede de orçamentos realmente participativos com dotações monetárias condignas. Não faz sentido que a idealidade não seja solidária e poupada, funcionando como polo aglutinador de querereres e de vontades, bem gerindo recursos existentes e criando outros, liderando, tendo ideias, inovando, fazendo mais e melhor, aportando valor acrescentado à nossa comunidade, designadamente sempre em estreita cooperação e colaboração com as Freguesias, descentralizando funções e competências e atribuindo os correspondentes envelopes financeiros. Mais valias estruturantes que devem assentar sempre no respeito pela dignidade das pessoas, da lei, do direito, informadas pela prossecução do interesse público coletivo, porque merecem melhor futuro numa cidade competitiva, geradora de emprego e de riqueza, conectada, ligada ao Alto Minho, ao norte do país, à Galiza, a Portugal e a Espanha, à Europa e ao mundo, atrativa para poder viver, visitar e investir e resiliente, capaz de se adotar às mudanças e de aproveitar as oportunidades.

---

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** relativamente ao Ponto 8 - Comissão de Trânsito, retirado para melhorias, aportou que na sua composição faltam os Bombeiros, Presidente da Assembleia e ainda no seu regulamento que os convidados não têm direito a voto. Relativamente ao ponto em apreço, mencionou que os orçamentos são um plano de intenções que se irão concretizar ou não, cuja verificação ocorre na apreciação do relatório de contas no ano seguinte. Claramente, o presente orçamento passa de 19.000.000,00€ (dezanove milhões de euros) para 23.000.000€ (vinte e três milhões de euros). Aumento com alguma expressão num ano que todos sabem que vai ser difícil e no qual 70% está afeto aos salários e as despesas gerais e outras associadas, cuja margem de 30% é para os objetivos. Saudou a intervenção que se pretende fazer no centro de saúde, a pretensão da aquisição do antigo colégio Português e a criação da residência universitária para 56 camas, bem com a aplicação das verbas associadas ao 1.º Direito à habitação social. Questionou apenas a que se deve a quebra na receita proveniente da “Ventominho”, assim como nas transferências correntes, no equilíbrio financeiro, a diminuição de 300.000,00€ e ao aumento expressivo nas transferências de compensações, Lei 50/2018. Na “venda de bens e serviços correntes”, se o acréscimo de 13% em refeições escolares se deve a melhorias no serviço

prestado pela empresa ou se os alunos aumentaram, bem como quanto à redução de de 10.000,00€ (dez mil euros) no programa de recuperação de habitações degradadas e a redução no apoio às famílias em emergência social de 1.775€ (mil setecentos e setenta e cinco euros). Por último, finalizou da mesma forma como o Sr. Presidente o descreveu, que 2023 será um ano marcado por grandes incertezas, fruto de todas as condicionantes macroeconómicas e da instabilidade vivida à escala global, que obrigarão a uma atenção redobrada, face aos desafios do futuro. As políticas municipais terão de ser executadas com competência, diligência e eficácia para alcançar os objetivos propostos neste documento, tendo em vista o desenvolvimento local e a qualidade de vida dos valencianos. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. Luís Brandão** referiu que há um acréscimo no investimento, cerca de 7.000.000,00€ (sete milhões de euros) que espera que represente o início de um ciclo de captura de oportunidades, de fixação no território e gerador de economia. Salientou a diligência e a capacidade que a Câmara teve em articular com o IPVC a possibilidade de construir a residência académica que vai dar oportunidade aos estudantes de melhores condições em Valença que, no futuro, poderá ter impactos muito significativos nos seus interesses relativamente a este território. Na habitação social, o trabalho feito no âmbito do 1.º Direito relativamente aos bairros sociais e à construção de habitação a preços controlados poderá, também, criar condições para acolher a mão de obra que venha a ser captada pela estrutura empresarial de Valença. Mais, o acréscimo significativo na despesa com os transportes traduzirá, com certeza, em melhores serviços. Por último, espera que seja executada a requalificação do centro de saúde e a respetiva ampliação, dentro do quadro do PPR. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar eventuais esclarecimentos. \_\_\_\_\_

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu que o orçamento para 2023 apresenta um valor superior a 22.000.000,00€ (vinte e dois milhões de euros), um acréscimo de 11% face a 2022. Decompõem-se em 68% de receita corrente e 32% de receita de capital. O ano de 2023 continuará a ser um ano difícil e de muita incerteza, mas mesmo assim, o Município irá assumir um esforço adicional para a regularização dos vínculos precários que associada à subida dos salários do pessoal representa 7.000.000,00€ (sete milhões de euros) em despesa corrente, 32% do orçamento. As políticas municipais terão de ser executadas com competência, diligência, eficácia. As áreas da saúde, habitação, ação social, educação, cultura e desenvolvimento económico, são prioridades para o ano 2023. Na saúde, numa primeira fase, existe o projeto de requalificação do Centro de Saúde financiado através da candidatura do PPR num valor superior a 600.000,00€ (seiscentos mil euros) e, numa segunda fase, o seu alargamento com a construção de um novo bloco. Na habitação, continuarão a requalificar os bairros sociais ao abrigo do 1.º Direito e a adequar a estratégia local de habitação às necessidades das famílias, cuja candidatura prevê um investimento superior a 10.000.000,00€ (dez milhões de euros) até 2026. Na ação social, pretende-se alargar as respostas sociais do Município, com destaque para o projeto de uma creche próxima do parque empresarial e logístico de Valença e, na educação, é reforçado significativamente o investimento, atingindo um valor superior a 3.000.000,00€ (três milhões de euros) com impacto nas refeições, nos transportes escolares e com a construção da residência académica, que representa cerca de 14% do orçamento da despesa. Na cultura, vão dar continuidade a uma agenda cultural regular e de qualidade. No

desenvolvimento económico pretendem criar condições para a melhoria das acessibilidades e expansão do parque empresarial e logístico de Valença, possibilitando a captação de mais e melhor investimento privado e, por outro lado, potenciar a promoção e projeção turística de Valença, captando mais turistas, aumentando o seu tempo de permanência no Concelho, com a consequente dinamização da economia local. Quanto à cooperação transfronteiriça irá implementar-se a estratégia da Eurocidade 2030, trabalhar em candidaturas comuns aos fundos comunitários para o território transfronteiriço e, por outro lado, na efetiva partilha de recursos e equipamentos públicos, na valorização da agenda cultural, desportiva e a promoção turística conjunta. Até finais de 2023, prevê que a revisão do Plano Diretor Municipal esteja concluída. Quanto ao apoio às Freguesias para 2023, às transferências financeiras de cerca de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), acrescerá a afetação de um trabalhador a cada Freguesia, o que equivale a um cargo anual para o Município de 160.000,00€ (cento e sessenta mil euros). Desta forma, o Município irá transferir para as Juntas de Freguesia mais de 1.160.000,00€ (um milhão cento e sessenta mil euros) do orçamento municipal. Numa ótica de melhoria do atendimento aos cidadãos, proceder-se-á à realocação de vários serviços, que até agora estavam no interior da Fortaleza, para o bloco A do antigo edifício da escola EB 2,3, nomeadamente, a ação social, educação, cultura e a proteção civil. Também irá ser criado um balcão único na Cidade Nova, no edifício do Centro Coordenador de Transportes. Em 2023, o bem-estar animal terá atenção especial com a implementação de um programa de esterilização dos animais de companhia errantes e a construção do centro de recolha oficial de animais de companhia. No próximo ano e seguintes, as preocupações energéticas estarão também no cerne das políticas municipais, com a implementação e desenvolvimento de programas de eficácia energética nos edifícios públicos, na iluminação pública e na poupança de água. Quanto à limpeza e higiene, está previsto um investimento de 1.300.000,00€ (um milhão e trezentos mil euros), o que representa mais de 6% do valor do orçamento da despesa. Em suma, é um orçamento realista, ambicioso e de compromisso, que põe em prática uma política de responsabilidade e rigor. O documento em apreço prevê investimentos assentes em políticas que visam assegurar a competitividade, a sustentabilidade e as necessárias respostas sociais, focado nas pessoas, no património cultural e na valorização de Valença. Não contempla aumento de impostos diretos. O IMI vai manter-se no mínimo e a derrama irá depender do volume de negócios, também pelo mínimo. O tarifário dos resíduos sólidos irá manter-se, apesar do aumento exponencial dos serviços de tratamento e da recolha de resíduos sólidos. Respondendo ao Membro Sr. Alberto Vilas, no que concerne à diminuição da receita proveniente da Ventominho, de 31.000,00€ (trinta e um mil euros), disse que o cálculo foi feito pela média dos últimos 3 anos. Relativamente às refeições escolares, tem a ver com o aumento de alunos a frequentar a cantina e na aposta de mais qualidade nas refeições. No que concerne aos subsídios, existe uma redução na questão da habitação degradada relacionada com a implementação do projeto, o 1.º Direito e na questão social há outras alternativas que estão previstas no orçamento. Por último, relativamente ao mencionado pelo Deputado Sr. Luís Brandão disse que o acréscimo de investimento é visível e que há uma larga concordância nos objetivos propostos. \_\_\_\_\_

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da **segunda ronda**, tendo-se inscrito o Sr. José António Nogueira, tendo os restantes prescindido de intervenção. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** referiu que se verifica um melhor olhar para o aspeto social, sendo certo que os valores do programa de acesso à habitação 1.º Direito são manifestamente insuficientes, tal como os destinados à aquisição, construção e requalificação de habitação social, tal como acresce que o parque empresarial, que muito louvam, dê os primeiros passos e venha a ser concretizado. De louvar ainda, entre outros, que a regularização dos vínculos precários dos trabalhadores venha a ser uma realidade, que não se deixe cair o cineteatro e que o bem-estar animal tenha sido contemplado com a esterilização, vacinação e a construção de raiz de um centro de recolha, nesta linha coincidentes com o que propugnavam, tal como, por exemplo, a promoção do turismo, cooperação transfronteiriça, a teleassistência a idosos e desacompanhados e orçamentos participativos. Todavia, há factos e coisas com as quais não podem ser coniventes nem compactuar e muito menos aceitar que, num tempo de crise e incertezas a Câmara Municipal de Valença tenha abocanhado quanto à reposição do valor da taxa de devolução de IRS. Contrariamente ao que apregoaram, vêm aos bolsos dos valencianos para construir uma residência académica que, sendo um bem para o Concelho, não deveria ter de ser suportada dessa forma que dela não vão usufruir, contando, inclusive, com a iniciativa privada para explorar o tal nicho de mercado e de rendimento de que é exemplo a requalificação em curso do Palácio de Vidro na Cidade Nova. Dinheiro para a saída da AdAM não se vê, tendo empurrado o problema para o TAF. Mais não concorda com a deslocalização, descentralização de serviços pois vão despovoar ainda mais o amuralhado, bem como com a compra do Antigo Colégio Português no Asilo Fonseca o parque da cidade fica para as calendas. Com 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) de investimento camarário poderiam fazer obra com fundos comunitários no valor de 10.000.000,00€ (dez milhões de euros). A fúria dos edifícios continua com a requalificação e construção de um novo no centro de saúde, acompanhado do alargamento das especialidades médicas e melhoria do atendimento dos seus utentes, que não são mais do que um bom paliativo. No debate do Orçamento de Estado para 2023, o Partido Socialista chumbou uma proposta da CDU para a abertura das urgências no Centro de Saúde de Valença. Em suma, reconhecem alguns avanços em termos sociais no entanto o orçamento para 2023 e as GOP não servem os interesses de Valença, dos valencianos e das valencianas, pelo que votará contra. \_\_\_\_\_

Terminada a intervenção, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** reforçou que apresentou de uma forma sintética o orçamento, o qual, obviamente, contém opções diferentes. Quanto à residência académica, respondeu ao Sr. Deputado José António Nogueira que nunca viu nenhuma a ser promovida por privados, até porque estes têm o seu nicho de mercado e não entende o motivo de defender os privados porque este recurso existirá sempre e em nada irá prejudicar esta oferta. A residência universitária em Valença será equipada com 56 camas e financiada pelo PPR. Relativamente à mencionada devolução de IRS, voltou a esclarecer, mais uma vez, que se trata de uma taxa por direito da Câmara que pode distribuir ou redistribuir se assim o entender. Relativamente à questão das urgências do Centro de Saúde, apesar de não ser uma competência da Câmara, estão a diligenciar no sentido de criar melhores condições de atendimento. O Partido Socialista sempre defendeu e continua a defender que as questões da saúde são muito importantes e quanto à proposta da CDU, que o Sr. Deputado mencionou, referiu-lhe que abarcava mais de 20 propostas na área da saúde e que os deputados entenderam, na altura, na globalidade, não se ajustarem à realidade das necessidades do território e votaram contra. Em suma, o Sr. Deputado falou do orçamento para 2023, mas na realidade não apresentou qualquer proposta quando

foi convidado a participar. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** referiu que o que o move é o interesse de Valença e dos valencianos e continuou com o mesmo teor da intervenção anterior. \_\_\_\_\_

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal questionou **o Sr. Presidente da Câmara** se pretendia intervir, tendo este dito que a sua apresentação sobre o Orçamento estava feita e que nada mais tinha para acrescentar. \_\_\_\_\_

Termos em que tendo sido objeto de discussão a proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de vinte e oito de novembro findo, a Assembleia Municipal aprovou, **por maioria**, o **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023**, num universo de 29 (vinte e nove) Membros, obteve **21 (vinte e um)** votos a favor, 1 (**um**) voto contra do Membro Sr. José António Nogueira e 7 (**sete**) abstenções dos Membros Srs. Alberto Vilas, Isabel Granjo, Francisco Romeu, Aurélia Correia, Jorge Moura, Liliana Cerqueira, Pedro Lemos. Mais foi deliberado, agora por unanimidade, não transcrever na ata os aludidos documentos, pelo que, rubricados pelos respetivos Membros da Mesa presentes, ficam arquivados na pasta anexa a este livro de atas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362 de 21 Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82 de 19 de Agosto. \_\_\_\_\_

Seguidamente, também com base na mesma proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal aprovou, **por unanimidade**, as **NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA 2023**, num universo de 29 (vinte e nove) Membros, obteve **29 (vinte e nove)** votos a favor, 0 (**zero**) votos contra e 0 (**zero**) abstenções. \_\_\_\_\_

Por último, sob a mesma proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal aprovou, **por maioria**, o **MAPA DE PESSOAL PARA 2023**, num universo de 29 (vinte e nove) Membros, obteve 28 (vinte e oito) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 1 (uma) abstenção do Membro Sr. Hernâni Natal. \_\_\_\_\_

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que em sede de Comissão Permanente, foi decidido que os: \_\_\_\_\_

**PONTO 3º – REGIME DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO PARA 2023**

**PONTO 4º – ACORDO DE APOIO AO INVESTIMENTO NAS FREGUESIAS**

**PONTO 5º – AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS**

seriam **discutidos em conjunto** e objeto de votação individualizada. Por deliberações da Câmara Municipal, tomadas em suas reuniões de 28 de novembro findo e 21 de dezembro corrente, foram presentes as propostas referentes ao acordo de apoio ao investimento nas freguesias, auto de transferência de competências para as freguesias e regime de incentivos para 2023, respetivamente.\_\_\_\_ Colocados a discussão, inscreveram-se os seguintes Membros: José António Nogueira, José Roda e Luís Brandão. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** referiu que iria votar favoravelmente os três pontos. No que concerne ao apoio ao investimento e transferência de competências para as Freguesias referiu que a descentralização é pedra angular e exigência de exercício de um poder local de proximidade, traduzindo-se num melhor e mais profícuo serviço público responsável, com rosto humano, transparente adaptado e conforme à supressão das reais necessidades e carências dos cidadãos e cidadãs. A dependência económica extrema e a subserviência política das Freguesias infelizmente, salvo raríssimas e honrosas exceções, vem sendo prática comum face à Câmara Municipal, em Valença, e mostra que tem de ser operada uma mudança de paradigmas e não só de dialética. Deve existir partilha de responsabilidades, reciprocamente complementar, interdependente e benéfica. Para tal bastando a celebração de protocolos com a Câmara Municipal e meio milhão de euros para apoio social aos mais desfavorecidos e idosos, para tanto bastando a cobrança de bilhética turística na zona amuralhada e a correlativa implementação da taxa municipal de alojamento como complementar. Esta proposta foi recusada e podiam ter sido pioneiros a nível do distrito. Veja-se, a Câmara Municipal faz investimento nas muralhas de mais de 15.000.000,00€ (quinze milhões de euros) e não cobra aos visitantes uma taxa turística pela sua utilização, a qual, a ser cobrada, numa estimativa nunca inferior a 500.000 pessoas/ano que fazem turismo em Valença, pressuporia uma receita generosa para fomentar o necessário para ser um ponto de paragem. Equacionando a gratuidade do alargamento aos cidadãos de Tui e aos demais concelhos do Alto Minho e ainda a pessoas que viessem aos serviços religiosos, às instituições particulares de solidariedade social e similares, à Câmara Municipal, à Junta de Freguesia, ao DIAP, ao tribunal, às Finanças, ao Registo Civil, ao Registo Predial, Comercial e Automóvel, às profissões liberais, como sejam os advogados, solicitadores e a outros prestadores de serviços, sejam os economistas, os engenheiros, da mais diversa índole, desde que sediados intramuros. Trata-se de uma proposta polémica que ainda não a apresentou mas que faz parte do seu programa eleitoral. Por último, referiu que as verbas que são disponibilizadas para as Juntas de freguesias apesar de escassas são as possíveis face à disponibilidade financeira existente atualmente, apesar de desejarem mais para as Juntas de Freguesia serem aquilo que merecem ser. \_\_\_\_\_

- **O Presidente de Junta de Freguesia de Verdoejo, José Roda** agradeceu em seu nome e em nome de todas as freguesias do Concelho o tão esperado funcionário e o aumento de verbas às freguesias, bem como que iriam votar favoravelmente os pontos em apreço. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. Luís Brandão** mencionou, no que concerne ao regime de incentivos, que o alojamento local é apenas uma atividade económica exercida em edifícios com capacidade para a habitação e não um empreendimento turístico. É interessante ter alojamento local se estiver associado a valores identitários que permitam, inclusivamente, qualificar e diferenciar os valores cobrados ou aproveitando o Caminho de Santiago e outras opções que se põem naquilo que são as passagens pelo território. Mais referiu, porque lhe pareceu que foi confuso na intervenção anterior, que taxas de turismo e as taxas de visitação, são diferentes. Valença está carente, do seu ponto de vista, de alojamento qualificado e o que lhe parece importante é que o Município consiga exercer influência e ser catalisador de processos para que surjam investimentos que respondam a esta necessidade, como sendo um hotel com capacidade, pelo menos, para acolher a lotação de um autocarro, 60 unidades de alojamento, e o avanço de alguns projetos, de privados, como é o caso do Convento de Ganfei. Relativamente aos outros 2 pontos relacionados com o



acordo de apoio ao investimento das Freguesias e o auto de transferências para as Freguesias, felicitou o Município e referiu ser um desafio para os Srs. Presidentes de Junta apresentarem obras e gerirem os 50 e tal mil euros que a Câmara vai disponibilizar. O critério de distribuir equitativamente por todas as Freguesias e Uniões de Freguesia um valor fixo, acha que a título experimental, faz todo o sentido, que com o andar do tempo, poderá, eventualmente, vir a precisar de alguns ajustamentos, uma vez que a expressão territorial das Freguesias é, de facto, muito diversa e as necessidades serão também muito diversas. Manifestou agrado pela ideia de dotar, no mínimo, cada Freguesia com um trabalhador para colmatar necessidades que emergem nas freguesias. Espera que seja apenas o início de um processo de uma transferência mais alargada de competências para as Juntas de Freguesia que com o apoio da estrutura técnica da Câmara estão muito mais próximas das necessidades e vão melhorar o desempenho do poder local no Concelho. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entenda por necessários. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu ao Deputado Sr. José António Nogueira que estão de acordo em quererem muito mais para as freguesias, no entanto num quadro de escassez de recursos, quer financeiros quer humanos importa rentabilizar o melhor possível. Relativamente à questão da taxa turística, pode-se fazer caminho, no entanto infelizmente ainda não existe alojamento suficiente nem as condições desejáveis para aplicar uma taxa turística. A Câmara está em contacto com eventuais investidores para hotelaria. Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Verdoejo disse que a descentralização é importantíssima para as Freguesias uma vez que lhes vai dar mais autonomia e condições financeiras para a execução de obras prioritárias e colmatar carências a nível de recursos humanos. Quanto ao mencionado pelo Deputado Sr. Luís Brandão, relativamente no regime de incentivos para o ano 2023, referiu que efetivamente a Câmara deliberou que o alojamento local ou os estabelecimentos de hospedagem deixam de ser equiparados a empreendimentos turísticos, na emissão do alvará ou comunicação prévia. \_\_\_\_\_

Terminada a intervenção o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de segunda ronda com a inscrição do Sr. José António Nogueira. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** referiu que no acordo de apoio ao investimento às Freguesias verifica que quer sejam Uniões de Freguesias, quer sejam Freguesias é-lhes atribuído igual montante. \_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu que o apoio às Freguesias e Uniões de Freguesias é equilibrado com investimentos diretos da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

Findos os esclarecimentos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a **votação:** \_\_\_\_\_

### **PONTO 3º – REGIME DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO PARA 2023**

A Assembleia Municipal num universo de 29 Membros (vinte e nove) aprovou, por unanimidade, as seguintes normas excecionais e transitórias para vigorar para o ano 2023: \_\_\_\_\_

### 1. Empreendimentos Turísticos

As operações urbanísticas relativas à construção de novos empreendimentos turísticos ou revitalização, alteração e ampliação de existentes, beneficiam de: \_\_\_\_\_

- i. Redução de 50% nas taxas da emissão do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia – quadro IV da tabela de taxas do Regulamento Municipal de Taxas da Urbanização e Edificação (RMTUE), da Taxa Municipal da Urbanização (TMU) e das compensações devidas por aplicação do regime de cedências; \_\_\_\_\_
- ii. Agilização e acompanhamento dos procedimentos de licenciamento. \_\_\_\_\_

### 2. Acolhimento Empresarial

As operações urbanísticas de construção de novas unidades empresariais/industriais, ou de ampliação de existentes localizadas em solo e zonas industriais beneficiam de: \_\_\_\_\_

- i. Redução de 50% nas taxas da emissão do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia – quadro IV da tabela de taxas do RMTUE, da TMU e das compensações devidas pela aplicação do regime de cedências. \_\_\_\_\_

### 3. Fixação Populacional

3.1 Operações de loteamento e edifícios com impacto semelhante a loteamento, destinada a habitação, beneficiam de: \_\_\_\_\_

- i. Redução de 50% no valor das compensações devidas por aplicação do regime de cedências; \_\_\_\_\_

3.2 Habitação própria e permanente \_\_\_\_\_

As operações urbanísticas de construção, reconstrução, ampliação e alteração de moradias unifamiliares, destinadas a habitação própria e residência permanente do requerente, em toda a área do Município, beneficiam de: \_\_\_\_\_

- i. Redução de 50% nas taxas de emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia – Quadro IV da tabela de taxas do RMTUE, e da TMU, a qual incide sobre o restante da redução já prevista no n.º 2 do artigo 5.º do RMTUE. \_\_\_\_\_

Conjugando a presente redução de 50% com a redução prevista no artigo 5º/2 do RMTUE, tem-se a redução final nas taxas da tabela do RMTUE e da TMU de: \_\_\_\_\_

- a) Lugar de Gondelim na freguesia de Cerdal – Redução de 95%; \_\_\_\_\_
- b) Freguesias de Boivão e Fontoura, União de Freguesias de Gondomil e Sanfins, e S. Julião e Silva e em Taião – Redução de 75%; \_\_\_\_\_
- c) Restantes freguesias do município – Redução de 50%. \_\_\_\_\_

### 4. Reabilitação do Centro Histórico

Os procedimentos relativos a operações urbanísticas de reabilitação, alteração e ampliação de edifícios, inseridas na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico, beneficiam de: \_\_\_\_\_

- i. Isenção nas taxas da emissão do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia – quadro IV da tabela de taxas do Regulamento Municipal de Taxas da Urbanização e Edificação (RMTUE), da Taxa Municipal da Urbanização (TMU) e das compensações devidas por aplicação do regime de cedências; \_\_\_\_\_
- ii. Serviço de arqueologia gratuito; \_\_\_\_\_
- iii. Demais reduções e incentivos previstos na Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do Centro Histórico de Valença. \_\_\_\_\_

**5. Empreendimentos de interesse municipal**

5.1 – Os empreendimentos de interesse público municipal, como tal reconhecidos pela Assembleia Municipal, beneficiam da isenção do pagamento de taxas da tabela do RMTUE, da TMU e das compensações, bem como a dispensa de caução na liquidação de taxas e para as obras de urbanização. \_\_\_\_

**6. Entrada em vigor e âmbito de aplicação**

6.1 – O Regime de Incentivos 2023 entra em vigor no primeiro dia útil do mês de janeiro de 2023. \_\_\_\_

6.2 – O presente regime é válido apenas para o ano de 2023 e aplica-se às taxas cujo pagamento seja efetuado até 31 de Dezembro de 2023. \_\_\_\_\_

6.3 – O presente regime aplica-se aos processos iniciados na sua vigência, bem como aos processos pendentes ou que ainda não tenham liquidado as respetivas taxas. \_\_\_\_\_

6.4 – O presente regime não se aplica às legalizações, nem às taxas relativas a procedimentos administrativos que não decorram diretamente do licenciamento ou comunicação prévia. \_\_\_\_\_

6.5 – No caso da habitação própria e permanente (ponto 3.2), a redução prevista no presente regime inclui as construções anexas e complementares da habitação, quando incluídas no mesmo processo da habitação. A redução não se aplica a essas construções complementares e anexas quando apresentadas em processos autónomos. \_\_\_\_\_

6.6 – Os alojamentos locais, nomeadamente os estabelecimentos de hospedagem não são equiparados a empreendimentos turísticos para aplicação do presente regime, pelo que beneficiam dos incentivos previstos no n.º 1. \_\_\_\_\_

6.7 – Os pedidos são iniciados com apresentação de requerimento próprio, do qual não é cobrada taxa na sua apresentação, e declaração de compromisso do requerente, na qual declara que cumpre os requisitos para beneficiar do presente regime e se compromete manter os requisitos e condições que determinaram a concessão dos incentivos por um prazo mínimo de 5 anos. \_\_\_\_\_

**PONTO 4º – ACORDO DE APOIO AO INVESTIMENTO NAS FREGUESIAS**

A Assembleia Municipal num universo de 29 Membros (vinte e nove) aprovou, por unanimidade, a minuta do acordo de apoio ao investimento nas freguesias para o ano 2023 e respetivo valor anual de apoio financeiro. \_\_\_\_\_

**PONTO 5º – AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS**

A Assembleia Municipal, num universo de 29 Membros (vinte e nove), aprovou, por unanimidade, a minuta do auto de transferência de competências para as freguesias do concelho, previstas nas alíneas a), b), c), e), f) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, mantendo-se as restantes competências na esfera do Município. Mais aprovou, também por unanimidade, a assunção do compromisso plurianual. Por último, com o presente auto de transferência de competências, os contratos interadministrativos de delegação de competências relativos às mesmas matérias cessam a produção dos seus efeitos. \_\_\_\_\_

**AUSÊNCIA DE UM MEMBRO:** Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto o Membro Sr. Jorge Moura ausentou-se da sessão. \_\_\_\_\_

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que em sede de Comissão Permanente, foi decidido que os: \_\_\_\_\_

**PONTO 6º – PROJETO DE REGULAMENTO DA TELEASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA**

**PONTO 7º – PROJETO DE REGULAMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA**

**Seriam discutidos em conjunto e objeto de votação individualizada.** Por deliberações da Câmara Municipal, tomadas em suas reuniões de 08 de setembro último e 28 de novembro findo, foram presentes os projetos de regulamentos da Teleassistência e do Regime Especial de Esterilização de Animais de Companhia, respetivamente. Colocados a discussão inscreveram-se os Membros Srs. José António Nogueira, Pedro Lemos, Débora Ferreira e Luís Brandão. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. José António Nogueira** mencionou, relativamente ao regulamento da Teleassistência, que constava do seu programa eleitoral como uma mais-valia, assim como o mesmo referiu relativamente ao projeto de Regulamento do Regime Especial de Esterilização de Animais de Companhia do Município de Valença que tem por objeto a criação de um centro de acolhimento. Finalizou dizendo que votava favoravelmente os dois pontos. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. Pedro Lemos** iniciou a sua intervenção com o sentido de voto favorável aos dois pontos e questionou, em relação à esterilização dos animais, como vai ser monitorizada a redução do abandono do animal e aparecimento de colónias de animais. \_\_\_\_\_

- **A Deputada Sra. Débora Ferreira** congratulou o Município por trazer à Assembleia Municipal assuntos relativos a dois grupos especialmente vulneráveis e que merecem a maior das nossas atenções. Ao primeiro grupo pertencem os idosos, os quais merecem o maior respeito e admiração pela sua experiência de vida, pela sabedoria e pela memória, pois são a fonte mais importante da história. Ao segundo grupo pertencem os animais e para os quais este projeto de regulamento do regime especial de esterilização é um passo muito importante para o bem-estar animal e para a saúde pública, para os abandonados e também para aqueles que, apesar de terem donos, vivem sem quaisquer condições. Com este regime, o Município pretende controlar as colónias de animais vadios e errantes nas vias públicas, o que pode ser um impulsionador para reduzir estas situações, assim como dar um novo apoio às associações zoófilas do nosso Concelho, cujo trabalho é admirável, já que os animais que estejam nas suas instalações poderão ser esterilizados ao abrigo deste projeto, evitando o seu abandono. Também os indivíduos e famílias em situação de carência económica poderão beneficiar deste projeto, desde que cumpram os requisitos, evitando ninhadas indesejadas que poderão não ter as melhores condições para viver. Para além do controlo reprodutivo e do conseqüente problema de sobrepopulação e possível abandono animal, a esterilização dos animais de companhia também visa o seu bem-estar, já que evita ou reduz a probabilidade de desenvolvimento de doenças, nomeadamente de foro oncológico na idade adulta e o controlo de problemas comportamentais como a agressividade. Assim, ainda que possa ser visto por muitos como um gasto que, a par de outros, não é tão necessário, podemos reconhecer a sua importância a diferentes níveis. Por último, felicitou o Município, uma vez mais por esta iniciativa e também pelo que

está previsto no orçamento para 2023, o centro de recolha oficial de animais de companhia. É um grande passo no longo caminho que é o respeito pelo bem-estar animal. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. Luís Brandão** recomendou a realização de uma larga campanha de divulgação junto da população relativamente à Teleassistência no Município de Valença. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** agradeceu as intervenções acerca de ambos pontos e acrescentou que relativamente ao projeto de Regulamento de Teleassistência não houve qualquer sugestão ou recomendação aquando da discussão pública. Trata-se de um serviço de assistência domiciliária à população mais idosa ou em situação de dependência. Concordou com o Deputado Sr. Luís Brandão na questão da divulgação e será iniciada pelo técnicos da ação social no âmbito da identificação de necessidades. Quanto ao projeto de Regulamento do Regime Especial de Esterilização de Animais de Companhia, com base nas recomendações da Lei de 27/2016, o Município entendeu regulamentar a esterilização de animais de companhia como meio de gestão das populações de animais vadios e errantes. Este projeto de regulamento teve, aquando da discussão pública, sugestões, algumas vertidas para o documento, nomeadamente das associações de animais do Concelho de Valença. Portanto respondendo ao Deputado Sr. Pedro Lemos quanto mais esterilização houver menos reprodução haverá.

Congratula-se com a intervenção da Deputada Sra. Débora Ferreira. \_\_\_\_\_

Dada a oportunidade para a segunda ronda, os intervenientes prescindiram do uso da palavra, passando-se, de seguida, à votação dos pontos. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 6º – PROJETO DE REGULAMENTO DA TELEASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA**

A Assembleia Municipal, num universo de 28 Membros (vinte e oito), aprovou, por unanimidade, o regulamento da Teleassistência do Município de Valença apresentado pela Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 7º – PROJETO DE REGULAMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA**

A Assembleia Municipal, num universo de 28 Membros (vinte e oito), aprovou, por unanimidade, o regulamento do Regime Especial de Esterilização de Animais de Companhia do Município de Valença, apresentado pela Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

**REGRESSO DE UM MEMBRO:** Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto o Membro Sr. Jorge Moura regressou, tendo participado na restante sessão. \_\_\_\_\_

**AUSÊNCIA DE UM MEMBRO:** Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto o Membro Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas ausentou-se e não regressou para a restante sessão. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 8º- AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO DO ANTIGO COLÉGIO PORTUGUÊS**

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 09 de novembro último, foi presente a proposta para aquisição do edifício do Antigo Colégio Português. Colocado a discussão, inscreveram-se os seguintes Membros: José António Nogueira, José Rodas e Luís Brandão. \_\_\_\_\_

**O Deputado Sr. José António Nogueira** relativamente a este assunto referiu que a compra do edifício do Colégio Português, nesta altura, não é pertinente, vai levar a endividamento, sem apoio comunitário, e as obras requalificação logo se verá se o terão ou não. Recebida a ficha do registo predial do edifício, ve-

rificou que não possui condicionantes, nenhuns ónus nem encargos, ou seja, a Santa Casa da Misericórdia pode vender livremente à Câmara Municipal. No entanto, no testamento do Sr. Joaquim Apolinário da Fonseca que legou à Santa Casa da Misericórdia de Valença o remanescente da sua herança com obrigação de, no que toca a este imóvel, de aplicar especialmente os seus rendimentos na criação de um asilo de infância e desvalida sobre a designação de “Asilo Fonseca”. Sem desmérito para o autor do parecer apresentado, considera que a Câmara devia pedir um parecer ao seu consultor jurídico uma vez que o registo da Conservatória não espelha a realidade, assim como também referiu que consta do relatório de avaliação do Município um preço de construção demasiado alto comparativamente aquilo que está estipulado na lei o preço por m<sup>2</sup>. Portanto, questionou se a Santa Casa da Misericórdia fez avaliação, se lhe foi presente e se também referenciava o mesmo preço, os 1.000,00€ (mil euros) por m<sup>2</sup>. Finalizou a referir que por tudo quanto expôs iria votar contra. \_\_\_\_\_

- **O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Verdoejo, José Roda**, interveio, na qualidade de representante dos Srs. Presidente de Junta, para referir o consensual voto favorável atentos a que se trata da aquisição de um edifício histórico e de interesse para Valença e para as Freguesias. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. Luís Brandão** mencionou que o PS iria votar favoravelmente a aquisição do edifício por se tratar de um edifício emblemático de Valença e que adiar a sua aquisição seria, eventualmente, levá-lo à ruína total e impedir outras opções. Verifica-se, do documento de registo predial, que não tem qualquer ónus e que o parecer jurídico dá uma pequena explicação. O edifício não existia quando o doador o deu. Foi iniciado em 1910 e terminado e inaugurado em 1928, ou seja, 18 anos depois do testamento e se houvesse aqui algum problema nunca seria com o edifício, seria com o valor da herança que a Misericórdia teria que, eventualmente, reembolsar alguém. No documento diz que não há terceiros beneficiários e que foi cumprido o que estava no testamento. Mais referiu que o Município ao fazer um bom investimento com a aquisição de um prédio central não impede a construção do parque da cidade, sendo que o que importa referir é a capacidade de desenvolver projeto, ter visão para o território e apostar em candidaturas a fundos. Solicitou informação sobre a utilização ou a refuncionalização do edifício ao serviço dos valencianos e aquilo que, eventualmente, até poderá vir a ser feito na envolvente, uma vez que o edifício tem algum espaço que poderá, facilmente, ser integrado no espaço público, qualificando toda aquela zona envolvente, ligando o jardim ao largo da antiga feira, criando condições para que seja um edifício de destaque, prestígio e que enobreça Valença. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. \_\_\_\_\_

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** concordou com o Deputado Sr. José António Nogueira no aspeto de que os recursos são escassos, no entanto tratam-se de opções estratégicas para o desenvolvimento do Concelho. Mais referiu que, o Município nunca avançaria para a aquisição sem estar suportado juridicamente. Neste momento a decisão da Assembleia Municipal é a autorização para a aquisição do edifício. Quanto ao valor do preço por m<sup>2</sup> de construção, as avaliações previstas aproximam-se dos valores de mercado. Aliás, a avaliação solicitada pela Santa Casa da Misericórdia é bastante superior às apresentadas pela Câmara Municipal. A aquisição do edifício histórico criará uma nova centralidade na cidade e permitirá o usufruto de toda a comunidade e turistas. \_\_\_\_\_

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara foi aberto o período da **segunda ronda**, tendo-se inscrito o Sr. José António Nogueira, tendo os restantes prescindido do uso da palavra. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sr. José António Nogueira**, mediante a intervenção do Sr. Deputado Luís Brandão, voltou a reforçar a sua intervenção anterior. \_\_\_\_\_

De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **P8 – AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO DO ANTIGO COLÉGIO PORTUGUÊS** a votação tendo a Assembleia municipal, num universo de 28 (vinte e oito) Membros, **aprovado, por maioria**, com voto contra do Deputado Sr. José António Nogueira a aquisição do edifício do antigo Colégio Português pelo valor de 1.650.000,00€ (um milhão seiscentos e cinquenta mil euros), nos precisos termos da proposta n.º 19/2022 apresentada e aprovada em reunião do executivo realizada a 09/11/2022. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 9º- MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL E DE RECONHECIMENTO DE MÉRITO MUNICIPAL**

Foram presentes as diversas propostas aprovada pelo órgão executivo, no passado dia 21 de dezembro, para atribuição de medalhas municipais de mérito e de reconhecimento de mérito empresarial. Dada a oportunidade de intervenção e não existindo inscrições ao ponto, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu que a proposta para atribuição das medalhas de mérito assenta no caso da Filipa Pereira Cunha, arbitra internacional, a receção das insígnias da FIFA. No caso do padre José Maria Pereira do Vale, pelos seus 50 anos de sacerdócio e pela sua atividade cultural e quanto à Associação Cultural e Pedagógica Ponte nas Ondas, pela sua atividade e pela, recente, inscrição no património de boas práticas da UNESCO. Relativamente ao reconhecimento de mérito empresarial, decidiram reconhecer o mérito a 6 empresas do concelho, com base na atribuição e distinção do IAPMEI e do Turismo de Portugal, em 2021, como empresas PME excelência. \_\_\_\_\_

De seguida foram colocadas a **votação, por escrutínio secreto**, quer as medalhas de mérito quer as de reconhecimento empresarial, tendo, num universo de **28 (vinte e oito)** votantes, obtido o resultado que se segue para cada uma: \_\_\_\_\_

#### **A) MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL** \_\_\_\_\_

- **Filipa Pereira Cunha:** 27 (vinte sete) votos a favor, 1 (um) contra, 0 (zero) brancos e 0 (zero) nulos. Aprovada, por maioria, a atribuição da Medalha de Mérito. \_\_\_\_\_
- **Padre José Maria Pereira do Vale:** 27 (vinte sete) votos a favor, 1 (um) contra, 0 (zero) brancos e 0 (zero) nulos. Aprovada, por maioria, a atribuição da Medalha de Mérito. \_\_\_\_\_
- **Associação Cultural e Pedagógica “Ponte .... nas Ondas”:** 26 (vinte seis) votos a favor, 1 (um) contra, 1 (um) branco e 0 (zero) nulos. Aprovada, por maioria, a atribuição da Medalha de Mérito. \_\_\_\_\_

#### **B) RECONHECIMENTO DE MÉRITO EMPRESARIAL** \_\_\_\_\_

- **BDJZ – Farmácia, Unipessoal, Lda:** 27 (vinte sete) votos a favor, 0 (zero) contra, 1 (um) branco e 0 (zero) nulos. Aprovado, por maioria, o reconhecimento de mérito empresarial à **BDJZ – Farmácia, Unipessoal, Lda.** \_\_\_\_\_

- **Centro Óptico Ibérico, Lda** 27 (vinte sete) votos a favor, 0 (zero) contra, 1 (um) branco e 0 (zero) nulos. Aprovado, por maioria, o reconhecimento de mérito empresarial ao **Centro Óptico Ibérico, Lda** . \_\_\_\_\_
- **Laboratório Dra. Helena Rodrigues, Lda:** 27 (vinte sete) votos a favor, 0 (zero) contra, 1 (um) branco e 0 (zero) nulos. Aprovado, por maioria, o reconhecimento de mérito empresarial ao **Laboratório Dra. Helena Rodrigues, Lda.** \_\_\_\_\_
- **Restaurante Casa Álvaro – Álvaro R.A. Caldas & Filhos, Lda:** 27 (vinte sete) votos a favor, 0 (zero) contra, 1 (um) branco e 0 (zero) nulos. Aprovado, por maioria, o reconhecimento de mérito empresarial ao **Restaurante Casa Álvaro – Álvaro R.A. Caldas & Filhos, Lda.** \_\_\_\_\_
- **Servive Portugal – Equipamento Médico e Assistência, Lda:**26 (vinte seis) votos a favor, 1 (um) contra, 1 (um) branco e 0 (zero) nulos. Aprovado, por maioria, o reconhecimento de mérito empresarial à empresa **Servive Portugal – Equipamento Médico e Assistência, Lda.** \_\_\_\_\_
- **Vilarinho & Sousa, Lda:** 26 (vinte seis) votos a favor, 1 (um) contra, 1 (um) branco e 0 (zero) nulos. Aprovado, por maioria, o reconhecimento de mérito empresarial à empresa **Vilarinho & Sousa, Lda.** \_\_\_\_\_

Finalizada a ordem do dia, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à 1.<sup>a</sup> Secretária a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido, num universo de **28 (vinte e oito)** Membros, aprovada **por unanimidade**. Por último, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram 14h00. \_\_\_\_\_

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte e três páginas, a qual vai ser assinada pelo Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** e pela Coordenadora Técnica da Subunidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos que a redigiu. \_\_\_\_\_

<p><b>Apoio à Assembleia Municipal</b> <b>A Coordenadora Técnica,</b></p>	<p><b>Assembleia Municipal de Valença</b> <b>O Presidente,</b></p>
<p>_____</p> <p>Elisabete Guerreiro Dias Esteves</p>	<p>_____</p> <p>José António Moreira Cerqueira</p>